

Pedro Antonio da Silva Serrão

ATÉ ONDE É POSSÍVEL AVANÇAR NA AGENDA DOS DIREITOS EM PAÍSES DA  
PERIFERIA DO SISTEMA CAPITALISTA GLOBAL?

Um Debate sobre o Direito à Alimentação Adequada, Soberania e Segurança Alimentar na  
Educação Básica

Rio de Janeiro

2022

Pedro Antonio da Silva Serrão

ATÉ ONDE É POSSÍVEL AVANÇAR NA AGENDA DOS DIREITOS EM PAÍSES DA  
PERIFERIA DO SISTEMA CAPITALISTA GLOBAL?

Um Debate sobre o Direito à Alimentação Adequada, Soberania e Segurança Alimentar na  
Educação Básica

Produto educacional da Especialização  
apresentado ao Programa de Especialização  
em Ciências Sociais e Educação Básica  
vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação,  
Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio  
Pedro II, como requisito parcial para obtenção  
do título de Especialista em Ciências Sociais.

Orientador(a): Prof(a). Dra. Janecleide Moura de Aguiar

Rio de Janeiro  
2022

**COLÉGIO PEDRO II**

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA**

**BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER**

**CATALOGAÇÃO NA FONTE**

S487 Serrão, Pedro Antonio da Silva Serrão  
Até onde é possível avançar na agenda dos direitos em países da periferia do sistema capitalista global? :um Debate sobre o Direito à Alimentação Adequada, Soberania e Segurança Alimentar na Educação Básica / Pedro Antonio da Silva Serrão. – Rio de Janeiro, 2022.

49 f.

Produto educacional apresentado Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Ciências Sociais e Educação Básica) – Colégio Pedro II. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Janeleide Moura de Aguiar.

1. Agronegócio. 2. Fome. 3. Pobreza. 4. Estado. 5. Capitalismo. I. Aguiar, Janeleide Moura de. II. Colégio Pedro II. III Título

CDD 300

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 – 5692.

Pedro Antonio da Silva Serrão

ATÉ ONDE É POSSÍVEL AVANÇAR NA AGENDA DOS DIREITOS EM PAÍSES DA  
PERIFERIA DO SISTEMA CAPITALISTA GLOBAL?

Um Debate Sobre o Direito à Alimentação Adequada, Soberania e Segurança Alimentar na  
Educação Básica

Produto educacional da Especialização apresentado ao Programa de Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Sociais.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Banca Examinadora:

---

Dra. Janecleide Moura de Aguiar (Orientadora)  
Colégio Pedro II

---

Dr<sup>a</sup>. Rachel De Almeida Viana  
Fiocruz/COC

---

Dr. Selmo Nascimento Da Silva  
Colégio Pedro II/ECSEB

## RESUMO

O produto educacional desenvolvido busca trazer um debate fundamental para as aulas da Educação Básica, relacionado com os limites e contradições do papel do Estado como agente formulador de políticas públicas para o combate à fome e à pobreza. Assim, a proposta acaba abordando, sociologicamente, a evolução do direito à alimentação adequada, tendo em vista aspectos socioambientais decorrentes da expansão do modelo de produção agrícola, vinculado com a revolução verde e o agronegócio. De um lado, o modelo de produção do agronegócio encontra-se baseado na mecanização e em grandes extensões de terra, voltado para a exportação e o lucro, com o uso intensivo de agrotóxicos e de sementes geneticamente modificadas – promovendo a concentração de terra e da riqueza, o aumento dos conflitos no campo, o êxodo rural e a contaminação (solo, água e alimentos). Contrapondo-se a esse modelo de produção agrícola – que degrada os ecossistemas locais, produzindo fome e desigualdade –, os movimentos sociais e a sociedade civil organizada lutam para incorporar suas demandas ao direito humano à alimentação adequada, defendendo um modelo de produção agrícola pautado em elementos como: a geração de emprego e renda no campo, a garantia da produção de alimentos saudáveis para a população, o fortalecimento das economias locais e o respeito às formas tradicionais de produção agrícola. Em suma, um modelo produtivo pautado na agroecologia, representaria o caminho para a segurança alimentar e a soberania alimentar, como princípios fundamentais para superação da fome e da pobreza.

**Palavras-chave:** agronegócio; alimentação; direito; Estado; fome; MST; pobreza.

## ABSTRACT

The educational product developed seeks to bring a fundamental debate to Basic Education, related to the limits and contradictions of the State's role as an agent for formulating public policies to combat hunger and poverty. Thus, the proposal ends up addressing, sociologically, the evolution of the right to adequate food, in view of the socio-environmental aspects resulting from the expansion of the agricultural production model, linked to the green revolution and agribusiness. On the one hand, the agribusiness production model is based on mechanization and on large tracts of land, aimed at exportation and profit, with the intensive use of pesticides and genetically modified seeds – promoting the concentration of land and wealth, increased conflicts in the countryside, rural exodus and contamination (soil, water and food). In opposition to this model of agricultural production - which degrades local ecosystems, producing hunger and inequality -, social movements and organized civil society struggle to incorporate their demands to the human right to adequate food, defending a model of agricultural production based on elements such as: generating employment and income in the countryside, guaranteeing the production of healthy food for the population, strengthening local economies and respecting traditional forms of agricultural production. In short, a production model based on agroecology would represent the path to food security and food sovereignty, as fundamental principles for overcoming hunger and poverty.

**Keywords:** agribusiness; food; right; State; hungry; MST; poverty.

## LISTA DE FIGURAS (ILUSTRAÇÕES)

<u>Figura 1 Postagem nas redes sociais do <i>Grupo de Pesquisa Josué de Castro (GPJC)</i>.....</u>	<u>26</u>
<u>Figura 2 – Ciclo de Políticas Públicas .....</u>	<u>28</u>
<u>Figura 3 – O Programa Fome Zero .....</u>	<u>28</u>
<u>Figura 4 – A fome tem lugar, gênero e cor .....</u>	<u>32</u>
<u>Figura 5 – Publicação do Twitter MST Oficial.....</u>	<u>35</u>

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Conceitos fundamentais da Pedagogia Decolonial .....	26
Tabela 2 – Etapas do Ciclo de Políticas Públicas.....	30

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

DHAA - Direito humano à alimentação adequada

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONU - Organização das Nações Unidas

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUS – Sistema Único de Saúde

## LISTA DE SÍMBOLOS

$\Omega$  - Ohm

O (n) – ordem de um algoritmo

## SUMÁRIO

<b><u>1 APRESENTAÇÃO/ INTRODUÇÃO</u></b> .....	12
<b><u>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-CONCEITUAL</u></b> .....	14
<b><u>3 METODOLOGIA</u></b> .....	21
<b>4 ATÉ ONDE É POSSÍVEL AVANÇAR NA AGENDA DOS DIREITOS EM PAÍSES DA PERIFERIA DO SISTEMA CAPITALISTA GLOBAL?</b> .....	25
<b><u>5 CONCLUSÃO/ CONSIDERAÇÕES FINAIS</u></b> .....	46
<b><u>REFERÊNCIAS</u></b> .....	48

## 1 APRESENTAÇÃO/INTRODUÇÃO

O produto educacional elaborado como Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica do Colégio Pedro II, pretende propor um conjunto de atividades para estudantes do Ensino Médio, na modalidade de sequências didáticas que podem ser presenciais, híbridas e/ou remotas.

O material foi organizado no *Microsoft Sway*, programa de apresentação integrante do pacote Office, que permite a combinação entre texto e mídia, na criação de um site apresentável e com uma interface amigável para os estudantes.

A escolha da temática abordada partiu da necessidade de suprir uma lacuna, presente nos livros didáticos em geral e que se reflete nos planejamentos pedagógicos, em torno de um tema relevante e atual para os jovens brasileiros e suas famílias. Assim, cabe propor e aprofundar um debate sobre o Direito à Alimentação Adequada, Soberania e Segurança Alimentar no Brasil no contexto da pandemia de Covid-19, problematizando sobre as possibilidades e limites de um avanço na agenda de direitos de um país como o Brasil, localizado na periferia do sistema capitalista global.

Como estratégia pedagógica, o trabalho busca selecionar e apresentar vídeos e textos curtos que ilustrem os projetos em disputa no campo brasileiro, que representam interesses políticos e econômicos muitas vezes conflitantes. De um lado, os danos sociais e ambientais causados por décadas de expansão da revolução verde e do agronegócio. E de outro, as demandas dos movimentos sociais e populares e de setores da sociedade civil, na defesa pelo Direito à alimentação adequada. Do ponto de vista sociológico, o professor pode destacar o papel de alguns “atores sociais”, focalizando na relação entre Estado e Sociedade Civil – descrevendo os conflitos entre empresários e movimentos sociais que evidenciam o contraponto entre o projeto popular e o projeto das elites.

O projeto popular contempla as dimensões de produção de alimentos sem veneno, geração de emprego e renda no campo, redução dos circuitos entre produção e consumo, preocupação com a restauração dos ecossistemas globais, com a preservação das formas tradicionais de produção de alimentos, com a manutenção das culturas alimentares locais e a diversidade alimentar. Enfim, buscando fortalecer as economias locais e a distribuição da renda e da riqueza na base da pirâmide social.

Já o projeto empresarial se vincula com a financeirização da economia global, a partir do avanço das políticas neoliberais, que promoveu o desmonte das políticas de proteção sociais

e do trabalho, flexibilização das regulamentações ambientais, austeridade fiscal, redução de gastos sociais, privatização de empresas estatais e a concentração cada vez maior da renda e da riqueza – com os ricos ficando mais ricos e os pobres, mais pobres tanto nacionalmente, quanto internacionalmente.

Portanto, cabe ao docente desenvolver com os estudantes a argumentação de que o poder financeiro e político das grandes corporações globais (interesses privados) se contrapõe à expansão dos direitos humanos, da proteção social e do bem-estar dos povos e das nações (interesse público) – como marca de um projeto popular, defendido pelos movimentos sociais, em torno da questão do direito à alimentação adequada, da soberania e da segurança alimentar.

A relevância do tema se justifica pela possibilidade de discutir com os estudantes da Educação Básica um tema central para Sociologia: a desigualdade social e suas consequências sobre a população e os trabalhadores. Pedagogicamente, o docente pode abordar a temática enfatizando o retorno do Brasil ao mapa da fome, destacando fontes e dados sobre a fome e o desemprego no país, em especial a partir do momento pandêmico que torna mais aguda a desigualdade – diante do aumento da inflação e da subida dos preços dos combustíveis e dos alimentos no mundo, em função da progressiva escassez dos recursos e da guerra da Otan na Ucrânia.

Em linhas gerais, o percurso pedagógico em questão permite reiterar a importância do direito à alimentação adequada, da soberania e da segurança alimentar; como valores que representam os interesses do povo e da nação, em contraposição aos interesses das grandes corporações globais.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Em termos de referenciais teóricos, o trabalho recorre ao campo da Teoria Crítica para abordar a temática em questão. Portanto, a “Ecologia Política” representa a matriz teórica para pensar a questão da fome. Autores como Loureiro (2012) equacionam esse problema em termos de modo de produção e de distribuição e não como um problema técnico. Portanto, a fome vincula-se com a matriz predatória do sistema capitalista que precisa ser enfrentada pela *práxis educativa crítica e dialógica* (Loureiro, 2012), no sentido de pensar as “relações de poder consolidadas e garantir o exercício da cidadania”.

“No amplo, diverso e contraditório campo que constitui a educação ambiental diria que três denominações similares que configuram uma perspectiva ao longo das duas últimas décadas (...) Assumo dentre estas, as que são normalmente nomeadas de: *crítica* – por situar historicamente e no contexto de cada formação socioeconômica as relações sociais na natureza e estabelecer como premissa a permanente possibilidade de negação e superação das verdades estabelecidas e das condições existentes, por meio da ação organizada dos grupos sociais e de conhecimentos produzidos na práxis; *emancipatória* – ao almejar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais pela intervenção transformadora das relações de dominação, opressão e expropriação material; transformadora – por visar a mais radical mudança societária, do padrão civilizatório, por meio do simultâneo movimento de transformação subjetiva e das condições objetivas.” (Loureiro, 2012, páginas 88-89)

Portanto, caberia ao professor de Sociologia conduzir o debate sobre a fome dentro dessa perspectiva crítica-emancipatória-transformadora capaz de desvelar a multiplicidade do real, ao mesmo tempo em que sugere perceber conflitos e contradições. Seguindo essa argumentação e pensando sociologicamente com seus estudantes, o(a) docente constitui um caminho para problematizar explicações ingênuas para o problema da fome: causas naturais (como a seca) ou pessoais (como a incapacidade de conseguir sustento ou alimento).

Trazer a questão socioambiental para o espaço escolar significa pensar na relação entre indivíduo-sociedade, no sentido de desenvolver a “imaginação sociológica” (Mills, 1969). Além disso, também discutir os limites de argumentos que apontam para a centralidade do agronegócio e das grandes corporações na resolução do problema da fome no mundo.

Ao mesmo tempo, a Ecologia Política, sugere trabalhar com a análise dialética, fazendo dialogar com a epistemologia materialista, em especial da matriz do pensamento crítico como Karl Marx. Além de autores que fundamentam uma perspectiva decolonial, como Aníbal Quijano, e de comentadores como Maycon Almeida.

O material selecionado e indicado permite leituras em diferentes níveis, ao mesmo tempo básicas e aprofundadas, cabendo ao docente promover uma transposição didática para seus estudantes.

As ideias de colonialidade do poder, capitalismo colonial/moderno e eurocentrismo, desenvolvidas por Aníbal Quijano (2005), podem ser utilizadas para traçar a trajetória e o desenvolvimento do sistema capitalista global, com a hegemonia da Europa Ocidental e a constituição do supremacismo branco como matriz de poder historicamente dominante. Assim como sua reprodução ao longo do tempo e suas consequências para os países da periferia do sistema capitalista, incapazes de promover a formação de Estados-nação modernos, de acordo com os critérios do modelo hegemônico europeu.

De acordo com Quijano:

“o atual o capitalismo colonial/moderno mundial, primeiro sistema-mundo global historicamente conhecido, que começou a formar-se com a América, tem em comum três elementos centrais que afetam a vida cotidiana da totalidade da população mundial: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo.” (Quijano, 2005, página 234)

Ao mesmo tempo em que expandia seus domínios e concentrava o poder e a riqueza mundiais, a Europa Ocidental impunha ao mundo sua hegemonia, seus interesses, sua visão de mundo e sua cultura. Desde o primeiro momento, o capitalismo articulou formas de trabalho e de controle do trabalho, coloniais e modernas, reservando aos brancos europeus os trabalhos e postos de maior prestígio social e remuneração, e aos não-brancos da periferia as formas de trabalho pré-modernas, como a servidão e a escravidão. O supremacismo branco e o eurocentrismo se constituíram, ao longo dos últimos quinhentos anos e permanecem, ainda hoje, impedindo a descolonização e a democratização do poder e das relações sociais, assim como a elaboração de projetos nacionais de desenvolvimento que sejam capazes de, minimamente, incluir aqueles que se diferenciam racialmente, os não-brancos, como os índios e os negros, porque são vistos e considerados como inferiores, e nunca como iguais pelas elites nativas dos países da periferia do sistema capitalista mundial.

A colonialidade do poder, de que trata Quijano (2005), diz respeito à constituição do poder colonial – e da sua reprodução, ao longo do tempo – e do tipo de relação estabelecida entre os colonizadores europeus, brancos, e os demais povos do mundo, não-brancos, que foram submetidos ao seu domínio nos últimos cinco séculos.

Dessa forma, a Europa ocidental, branca, impôs aos não-brancos da periferia seus interesses, seus valores, suas formas de conhecimento e sua visão de mundo hegemônica, eurocêntrica, segundo a qual a humanidade caminharia numa linha evolutiva que iria do bárbaro/primitivo não europeu, para o civilizado branco europeu. Assim, buscando legitimar a sua dominação e o exercício do poder na natureza, criando uma hierarquia entre as raças existentes e atribuindo a elas as diferenças de poder entre os diversos povos do mundo. Esses seriam, de acordo com Quijano (2005), os dois mitos em que se fundam a versão da modernidade eurocêntrica hegemônica. E em que se sustentam, ainda hoje, o supremacismo branco e europeu, que impede a democratização do poder e a descolonização das relações sociais no mundo não branco, assim como a elaboração de projetos nacionais de desenvolvimento autônomos e soberanos nos países da periferia do sistema capitalista mundial.

O terceiro elemento, que se articula com a colonialidade do poder e com o eurocentrismo, para constituir o que Quijano afirma ser o primeiro sistema mundo global e que afeta toda humanidade – o capitalismo colonial/moderno. “Isso significa que todas essas formas de trabalho e de controle do trabalho na América não só atuavam simultaneamente, mas foram articuladas em torno do eixo do capital e do mercado mundial.” (Quijano, 2005, página 242)

Esse sistema mundo global se constituiu de modo que os países do centro do capitalismo, assim como os brancos europeus, puderam experimentar formas de trabalho modernas, assalariadas, e o surgimento de Estados nacionais que promoveram, dentro dos limites do capitalismo, a democratização do poder e das relações sociais. Por outro lado, na periferia do sistema mundo global, os não brancos foram submetidos aos interesses das elites nativas, aliadas aos interesses das elites dos países centrais do capitalismo, submetidas a formas de trabalho pré-modernas, servis e escravistas, e a relações de poder e de exploração coloniais. Tendo em vista os interesses antagônicos entre essas elites nativas, identificadas com a Europa branca, e os não brancos que compõem o grosso das populações desses países.

Assim, segundo Quijano, a questão nacional, na sua versão hegemônica moderna, eurocêntrica, segue sendo incompleta, com a independência política, formal, dos países da periferia, mas sem a descolonização das relações de poder, entendido como a democratização do poder e das relações sociais. Sem a nacionalização e a homogeneização que caracterizaram a constituição dos Estados nação modernos europeus e a construção de uma comunidade de fato, com interesses em comum a defender.

Além disso, a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo impõem ao mundo sua versão hegemônica de Estado nação moderno, de modo que a tentativa de

reprodução deste, pelas elites nativas dos países da periferia do sistema impede que tenham um olhar diferenciado sobre sua própria realidade, sobre seus próprios problemas e sejam capazes de elaborar projetos nacionais de desenvolvimento autônomos e soberanos. “Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida.” (Quijano, 2005, pg. 257)

Para tratar dos limites do desenvolvimento e das transformações capitalistas nos países da periferia do sistema capitalista, sugere-se o texto de Florestan Fernandes (2015), que trata das “Revoluções Interrompidas” e de como as classes dirigentes e as elites nativas dos países da periferia do sistema capitalista se articulam para impedir a democratização do acesso ao poder e das relações sociais, preservando seu poder e seus privilégios ao longo do tempo.

Florestan Fernandes (2015) afirma que o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais foi capaz de promover “revoluções” nacionais, democráticas e romper com os resquícios do passado feudal, proporcionando a constituição de uma burguesia nacional, com interesses e projetos nacionais próprios, frente aos interesses de outras burguesias nacionais. No entanto, o autor questiona “onde poderia levar a transformação capitalista em países que não romperam por completo com formas coloniais de exploração do trabalho e nos quais as classes dominantes se tornaram burguesas através e atrás do desenvolvimento do capitalismo.” (Florestan, 2015, página 97)

Ao tratar das “revoluções interrompidas”, Florestan Fernandes (2015) defende que a “descolonização” – quando protagonizada pelas elites - entendida como a promoção das relações capitalistas modernas de produção, do trabalho assalariado, de uma classe trabalhadora assalariada, que suprimisse as formas de trabalho coloniais e da promoção dos direitos básicos da democracia burguesa, ficou restrito aos estratos e segmentos dominantes dos países da periferia capitalista. Portanto, sendo interdita aos setores subalternos da sociedade nacional, de modo a preservar a supremacia das classes possuidoras e manter sob controle destas a mudança social progressiva e o monopólio do poder político.

Para abordar a prevalência de um modelo de agricultura no Brasil, e suas respectivas contradições, cabe situar a hegemonia de um modelo agrário brasileiro, dentro desse debate trazido por Quijano e Fernandes, considerando as categorias analíticas desenvolvidas pelos autores.

O modelo de produção agrícola da revolução verde e do agronegócio ilustra a falta de compromisso social e ambiental das nossas elites nativas, na medida em que concentram toda

a terra e a riqueza, promovem conflitos no campo e êxodo rural, não geram emprego para a população do campo, nem renda para os municípios, degradam os ecossistemas locais com a produção de extensas áreas de monocultura, usam intensivamente agrotóxicos e fertilizantes que contaminam o solo, as águas e os alimentos, além de estarem voltadas para o a exportação e o lucro. Os docentes podem apontar essa contradição entre os lucros crescentes de produtividade, de exportação e de lucro do agronegócio brasileiro com o retorno da fome ao Brasil, em 2018, com o aumento da insegurança alimentar com a pandemia de covid 19.<sup>1</sup>

Maycon Bezerra, em “Da Teoria Marxista da Dependência a um Marxismo Descolonial: América Latina, Revolução e Socialismo para o século XXI”, aborda as possibilidades de superação dos impasses da questão nacional, a partir do protagonismo da classe trabalhadora, diante da incapacidade ou desinteresse das elites dominantes, em promover a democratização do poder e das relações sociais e um projeto de nação e de mundo que contemple a imensa maioria dos povos que habitam o planeta.

Por fim, uma ênfase fundamental precisa ser dada a algumas propostas políticas que estão na base do Direito à Alimentação Adequada. Incorporando a demanda de setores diversos da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, em torno de um projeto de produção agrícola que promova a democratização do poder e das relações sociais. Na medida em que engloba a reforma agrária, a geração de emprego e renda no campo, a produção de alimentos sem veneno, respeitando os limites da natureza, as formas tradicionais de produção agrícola e a diversidade alimentar, voltada a satisfação do mercado interno. E contrária, portanto, ao projeto das elites e das grandes corporações globais ligadas ao Agronegócio.

Plínio de Arruda Sampaio Jr. discorre sobre os impasses e contradições inerentes ao desenvolvimento dos países localizados na periferia do sistema capitalista global:

“A tradição crítica subordina o desenvolvimento das forças produtivas à solução dos problemas fundamentais da população. No caso de uma sociedade de origem colonial, desde sua origem subordinada à lógica dos negócios do capital internacional, a problemática do desenvolvimento confunde-se com a necessidade de resolver o problema da segregação social e da dependência externa – a dupla articulação responsável pela perpetuação do caráter particularmente antissocial, antinacional e antidemocrático do capitalismo dependente”. (SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Vivemos um processo de reversão neocolonial. IHU Online, n. 392, 2012.)  
( <https://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/392> )

---

<sup>1</sup> Acessar a reportagem: [Agronegócio tem superávit de US\\$ 43,7 bilhões no acumulado do ano, segundo Ipea | CNN Brasil](#)

Em linhas gerais, uma chave interpretativa importante para a questão proposta pelo trabalho estaria na Teoria da Dependência – sugere-se a leitura e o estudo de autores como Theotonio dos Santos, Vania Bambirra e Ruy Mauro Marini.

“a versão que interpreta, com base na teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista, na teoria clássica do imperialismo e em algumas outras obras pioneiras sobre a relação centro–periferia na economia mundial, a condição dependente das sociedades periféricas como um desdobramento próprio da lógica de funcionamento da economia capitalista mundial. Essa teoria foi constituída e teve o seu auge nos anos 1960. A partir daí, por várias razões, foi completamente esquecida não só pela teoria social hegemônica, como também por boa parte da tradição mais crítica do pensamento social.” (CARCANHOLO, 2013, pág.192)

Portanto, responder “*Até onde é possível avançar na agenda dos direitos em países da periferia do sistema capitalista global?*” requer compreender o processo de inserção subordinada das economias dependentes no sistema capitalista global.

“Esse resgate crítico implica, portanto, o resgate das principais teses da teoria marxista da dependência – centro e periferia como elementos contraditórios de uma mesma unidade dialética, o capitalismo mundial; identificação dos condicionantes estruturais da dependência e necessidade de sua articulação dialética com as distintas especificidades conjunturais; papel central da superexploração da força de trabalho, entre outras –, ao mesmo tempo em que elas se articulam com as especificidades históricas do capitalismo contemporâneo.” (CARCANHOLO, 2013, pág.192)

Dentro dessa perspectiva, a dependência representaria o modelo de desenvolvimento dos países periféricos, como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo, implicando na superexploração do trabalho. Considerar as formulações desenvolvidas pela teoria marxista da dependência permite enfrentar tal quadro de subalternização e adotar um programa de políticas públicas e ações para:

“aumentar o controle nacional sobre as cadeias produtivas internas, romper com a superexploração do trabalho e criar um importante sistema de ciência e tecnologia e inovação e que propicie retirar o país ou região da condição de periferia da economia mundial para constituir um dos polos de poder de uma economia mundial multicêntrica e pós-hegemônica.” (<https://ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/571195-a-subordinacao-da-esquerda-brasileira-ao-neoliberalismo-e-o-abandono-da-teoria-da-dependencia-entrevista-especial-com-carlos-eduardo-martins>)

O desafio do(a) professor(a) de Sociologia para discutir com os(as) estudantes o problema da fome e do avanço da agenda de direitos no Brasil exige uma análise dialética da realidade, no sentido de perceber conflitos e contradições. Por isso, a presente proposta sugere trabalhar, de forma combinada, com a teoria marxista da dependência, com a pedagogia decolonial e com a ecologia política.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente Produto Educacional, desenvolvido como TCC do curso de Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica, se relaciona com minha trajetória acadêmica e pedagógica, em estreita conexão com os desafios recentes para a prática docente – como o avanço das pautas ultraconservadoras e neoliberais, além dos formatos de ensino remoto adotados durante a pandemia.

Com a polarização política resultante da eleição do atual presidente, em 2018, criou-se um clima de denúncia e perseguição aos professores chamados de “doutrinadores”. Nesse cenário, acabei deixando de utilizar muitos dos documentários que habitualmente costumava selecionar, dentre eles *O veneno está na mesa* (2011), de Silvio Tendler. Da mesma maneira, passei a utilizar muito mais os livros didáticos, como precaução contra possíveis acusações, deixando de produzir meu próprio material. Portanto, esse TCC resgata parte dessa trajetória de produção autoral de materiais pedagógicos.

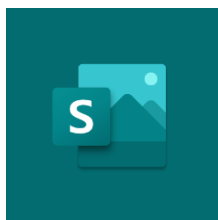
Nos últimos dois anos, grande parte das atividades de pesquisa para a prática docente foram feitas utilizando-se repositórios digitais de memória. Embora eu sempre tivesse tido muita dificuldade de acesso às novas tecnologias, minha resistência a computadores e celulares foi sendo dissipada pela necessidade de encarar muitos desafios, diante da pandemia de Covid-19, para os quais não fomos preparados em nossa formação inicial e continuada. Desde então, a interação com a tecnologia foi sendo incorporada para fins de pesquisa.

Em termos gerais, o processo de pesquisa foi realizado na rede mundial de computadores (internet), com ajuda das principais ferramentas de busca. A plataforma de compartilhamento de vídeos, o YouTube, também foi largamente acionada para pesquisar e selecionar material audiovisual utilizado no produto educacional. Dessa combinação surgiu um repertório diversificado – de textos, trechos de livros, artigos completos e trechos de artigos científicos, reportagens, entrevistas, dados, imagens e vídeos – usado na sequência didática.

Os vídeos selecionados e indicados para as aulas e sequências didáticas foram materiais mais curtos, de modo a evitar a dispersão dos alunos. Isso porque desde o retorno presencial no contexto da pandemia, é possível notar a dificuldade dos estudantes se concentrarem por mais tempo ou mesmo da disposição para assistirem documentários mais longos.

Outro fator a ser levado em consideração na escolha da duração dos vídeos é o acesso limitado de muitos dos estudantes à internet, sendo que vídeos muito longos consomem mais do pacote de dados e impedem que muitos dos alunos assistam. Por conta disso, a sequência didática buscou trabalhar com vídeos de curta e média duração, oferecendo sempre mais de um vídeo por aula, de durações diferentes. Além disso, desde que a escola ofereça uma infraestrutura adequada, os vídeos de curta duração também podem ser exibidos (inteiros ou trechos) pelo(a) docente em sala de aula, democratizando o acesso ao material para um grupo maior.

O cenário atual também implicou na necessidade de buscar alternativas didáticas e pedagógicas, diante dos desafios complexos. Em meio à pandemia de Covid-19 e o ensino remoto compulsório, evidenciou-se uma baixa participação dos estudantes da rede pública nas aulas virtuais. Buscando alternativas para superar esse quadro, tive contato pela primeira vez com o *Microsoft Sway*.



O programa Sway faz parte do pacote Microsoft 365 e pode ser utilizado de maneira gratuita por quem tem uma conta Microsoft (Hotmail, Live ou Outlook.com.).

A utilização do programa não requer conhecimento prévio, já que pode ser utilizado de maneira intuitiva, partindo de um documento pré-existente, de um tópico ou do zero. O conteúdo vai sendo sugerido pelo aplicativo e pode ser incorporado através de cartões, que vão sendo ordenados e podem conter texto, imagens, vídeos e elementos em formatos diversos. A interface fica muito similar a um site, tendo uma sensação de movimento muito atrativo ao jovem estudante muito ambientado com a linguagem das tecnologias digitais

O programa possui alguns tipos definidos de layouts, designs e estilos de letra, possibilitando ao usuário experimentar e escolher o que considerar melhor. Também possui alguns modelos, na página inicial, dependendo do objetivo do usuário, como Boletim Informativo, Currículo, Apresentação profissional, Portfólio, dentre outros, que servem de referência e inspiração.

Além disso, é possível escolher entre três modos de visualização do Sway, como a rolagem vertical, a horizontal ou em modo de apresentação. O aplicativo pode ser compartilhado e visualizado em distintos dispositivos e tem mecanismos próprios que ajustam

o formato da apresentação, a depender do dispositivo em que for aberto: computador, tablet ou smartphone. O Sway pode ser facilmente compartilhado e/ou incorporado a outras plataformas, através de um link e tem sido bastante usado nas plataformas de ensino à distância, contribuindo para a produção de materiais didáticos mais dinâmicos e interativos.

Os docentes podem criar planos de aula utilizando o Sway, agregando recursos diversificados, como textos, mídias, imagens, entre outros. Assim, permite fornecer links para referência e aprofundamento por parte dos alunos interessados, sendo que o material pode ser facilmente compartilhado e acessado pelos estudantes.

Comecei a utilizar o Sway, na tentativa de produzir materiais didáticos mais dinâmicos e agradáveis para os estudantes, que pudessem ser acessados facilmente em qualquer dispositivo e compartilhado de maneira simples nas redes sociais ou plataformas digitais. Evidente que não cabe ter uma visão tecnicista, na qual a mera utilização das tecnologias, resolveria o problema da baixa participação dos estudantes da rede pública nas aulas, até porque existe uma significativa desigualdade digital, que impede o acesso de amplas parcelas da população a esses recursos.

Em suma, o Microsoft Sway permite aos docentes, sem nenhum conhecimento prévio, utilizar intuitivamente o aplicativo e organizar os planos de aula e as sequências didáticas com conteúdo de texto, mídia, vídeo, entre outros; e compartilhar facilmente o projeto pedagógico criado com os alunos. A ferramenta possibilita a criação de materiais didáticos com uma interface agradável e simpática aos alunos, e continua sendo utilizada na minha prática docente, mesmo após o retorno ao ensino presencial.

Existem inúmeros tutoriais disponíveis sobre como utilizar o Microsoft Sway, inclusive, na própria página inicial do aplicativo:



(<https://support.microsoft.com/pt-br/office/criar-no-sway-db30c63b-6548-456d-b0e2-9fcd68bfa7a0?ui=pt-br&rs=pt-br&ad=br> ).



Da mesma forma, é possível encontrar vídeos, no Youtube, com tutoriais bastante didáticos e explicativos, como:

*Sway: como compartilhar conteúdo de forma simples*(<https://www.youtube.com/watch?v=J-ZEAclZxcs>),

*Sway - Aprenda a criar apresentações de maneira ágil* ( <https://www.youtube.com/watch?v=mJBdHEHNtYM> ) ou

*COMO UTILIZAR O MICROSOFT SWAY PARA AULAS MAIS INTERATIVAS* ( <https://www.youtube.com/watch?v=XnTXdWBwgsE> ).

## **4 ATÉ ONDE É POSSÍVEL AVANÇAR NA AGENDA DOS DIREITOS EM PAÍSES DA PERIFERIA DO SISTEMA CAPITALISTA GLOBAL?**

O presente Produto Educacional sugere partir desse questionamento [*Até onde é possível avançar na agenda dos direitos em países da periferia do sistema capitalista global?*] para que o(a) docente realize um debate com seus estudantes sobre o Direito à Alimentação Adequada, Soberania e Segurança Alimentar. No contexto da Educação Básica, sugere-se um recorte da realidade utilizando-se a combinação entre as matrizes decolonial, da teoria crítica da dependência e da ecologia política, no sentido de fundamentar as atividades e a seleção/utilização integral/parcial do material apresentado abaixo.

### **4.1. A estratégia das elites: o enfrentamento pela Pedagogia Decolonial**

Para tratar da reação coordenada das elites políticas e econômicas globais, a partir da década de 1960, o(a) professor(a) pode utilizar trechos do livro “Réquiem para um sonho americano”, escrito por Noam Chomsky (2018). O autor faz uma análise da trajetória das ideias democráticas, ao longo dos últimos duzentos anos, desde o momento de fundação da nação estadunidense. E das disputas que sempre existiram entre, segundo ele, uma pressão feita de baixo para cima, pelo povo, por mais liberdade e democracia; e um controle, por parte das elites políticas e econômicas, no topo, para conter o "excesso de democracia".

Chomsky (2018) coloca que sempre existiram ondas e movimentos democráticos, ao longo da história, com efeitos civilizadores, com avanços e retrocessos, em função da organização da sociedade civil, de um lado, e da resistência das elites políticas e econômicas, do outro. Afirmo que vivemos, desde o final da década de 1970, uma reação coordenada, por parte das elites econômicas e políticas mundiais, à onda democratizante e às conquistas políticas e sociais que marcaram o período anterior, a década de 1960. O autor cita trechos de documentos que circularam entre as elites empresariais e políticas mundiais - como o "Memorando Powell" e o Relatório da Comissão Trilateral, intitulado "A Crise da Democracia" – que demonstram a preocupação dessas elites com a pressão, vinda de baixo, por parte da sociedade civil organizada, e conclamam esses empresários a uma reação que permitisse retomar o controle da situação.

O link abaixo, apresenta um Sway “autoral”, discutindo os principais trechos e ideias do livro “Réquiem para um Sonho Americano” (2018). Na prática, pode ser utilizado como material de apoio pelos docentes.



( <https://sway.office.com/VJnBv87gIEbh45JS?ref=Link> )

De forma similar, pode-se argumentar que as grandes nações capitalistas se unem e alinham esforços diante de uma causa bélica, mas não utilizam da mesma disposição para conter o problema da fome, da pobreza e da desigualdade. Até por conta da permanência de uma lógica colonial, combinada com interesses econômicos.

“Os Governos estão dispostos a juntar homens e recursos para uma guerra mundial, mas as Grandes Potências não estão dispostas a se unir para banir do mundo a fome e a miséria. As razões dessa relutância em aplicar a moderna ciência em benefício de toda a humanidade, a começar pelos mais pobres, estão explicadas nestes livros. A história do domínio econômico do mundo e a exploração dos povos e dos recursos naturais das nações mais fracas pelas nações da Europa ocidental nestes últimos três séculos e, desde a guerra hispano-americana, pelos Estados Unidos da América, é relatada nas suas minúcias, com abundante documentação, e chega a chocar os que ainda conseguem ter ideias preconcebidas sobre as glórias e as virtudes de nossa civilização ocidental. É a história de uma luta sem tréguas pela riqueza, sem consideração pelos direitos ou pelo bem-estar das ‘raças inferiores’.” (Lord John Boyd ORR, Prêmio Nobel da Paz, no Prefácio Da Edição Inglesa Do Livro “A Geopolítica da Fome”, 1965, escrito pelo médico e geógrafo brasileiro Josué de Castro)

Visando desenvolver uma argumentação crítica ao projeto hegemônico de sociedade sustentado pelo sistema capitalista, o docente pode utilizar a síntese conceitual apresentada abaixo para motivar o debate e a reflexão com seus estudantes.

### ***Conceitos fundamentais da Pedagogia Decolonial<sup>2</sup>***

<b>Modernidade/ Colonialidade</b>	Representam duas faces da mesma moeda, uma não existiria sem a outra. A afirmação da modernidade eurocêntrica somente foi possível através do silenciamento/negação/extermínio das perspectivas dos povos e sociedades da periferia, não brancas. Graças às relações coloniais estabelecidas entre os europeus, brancos, com os não brancos foi possível a imposição da versão eurocêntrica e racista da modernidade europeia,
-----------------------------------	--

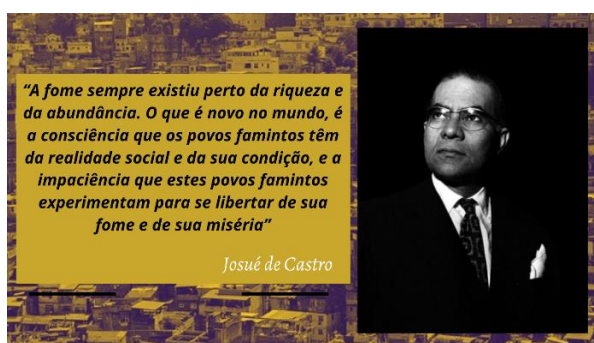
<sup>2</sup> Material didático elaborado tendo como referência o texto “*Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil*”, escrito por Luiz Fernandes de Oliveira e Vera Maria Ferrão Candau.

	afirmando sua versão hegemônica, ao mesmo tempo em que negava/silenciava todas as demais formas de vida e de produção de conhecimento.
<b>Colonialismo X Colonialidade</b>	O colonialismo diz respeito às relações de dependência política e econômicas estabelecidas entre as antigas metrópoles europeias e as suas colônias e termina com a independência política das colônias. Já a colonialidade diz respeito às relações de poder estabelecidas entre os brancos europeus e os não brancos. A colonialidade permanece, a despeito do fim do colonialismo, na medida em que aos não brancos é negada a sua humanidade. Ao serem silenciados e inferiorizados, ao longo dos últimos 500 anos, interiorizaram os valores e a perspectiva do branco colonizador europeu e seguem reproduzindo o racismo, o eurocentrismo e, portanto, relações de poder coloniais.
<b>Colonialidade do poder</b>	Aníbal Quijano (2005) destaca o caráter colonial, racista e eurocêntrico das relações de poder que se estabeleceram historicamente – e que são reproduzidas entre os brancos europeus e os não brancos. Ao longo dos últimos 500 anos, os não brancos tiveram sua humanidade e sua história negadas, sendo sistematicamente inferiorizados e subalternizados. O eurocentrismo se torna hegemônico, tanto para os brancos europeus, quanto para os não brancos, que interiorizam e reproduzem o racismo e o etnocentrismo, impedindo a descolonização das relações sociais e a democratização das relações de poder na nossa sociedade atual.
<b>Geopolítica do conhecimento</b>	Representa as disputas, nos últimos 500 anos, entre a afirmação do eurocentrismo, da perspectiva do branco europeu e da sua visão de mundo, de um lado, e, do outro lado, o silenciamento/negação dos conhecimentos e das suas formas de produção por parte dos não brancos. Nesse processo, a “ciência” vem sendo usada recorrentemente para questionar os conhecimentos produzidos pela periferia não branca, deslegitimando suas críticas e validando o eurocentrismo.
<b>Diferença colonial</b>	Considerando a versão hegemônica da modernidade – branca e eurocêntrica – e, partindo da ideia de que a outra face da modernidade é a colonialidade, vivenciada pelos não brancos da periferia, Mignolo (2003) defende a importância de promover e de reconhecer a legitimidade de outras epistemologias, de outras formas de produção de conhecimento, partindo da periferia não branca. E fazer a crítica da colonialidade do poder, a partir da perspectiva de grupos que viveram/experimentaram a modernidade/colonialidade de um outro lugar.

## . 4.2. As origens do debate sobre a fome no Brasil: revisitando a contribuição de Josué de Castro

No caso da proposta de produto educacional em que se pretende trazer o debate sobre o direito à alimentação adequada, o(a) professor(a) precisa abordar alguns pontos. A começar com a problematização da ideia de que a fome é resultante de causas naturais e pessoais, indicando uma leitura sociológica do problema – e esta envolveria aspectos estruturais de natureza política.

Algumas falas de Josué de Castro – médico, nutrólogo, cientista social, professor e ativista social no combate à fome – podem ser utilizadas em sala de aula para motivar o debate, apontando o pioneirismo e a atualidade do pensamento do autor, 76 anos após o lançamento do clássico “Geografia da Fome”. Já na década de 1940, o intelectual pernambucano insistia que a fome não decorria de questões de ordem natural, mas sim de decisões políticas – ou da falta delas. O recente desmonte sofrido pela estrutura de combate à fome e de promoção da segurança alimentar dos brasileiros é um claro exemplo do que já afirmava Josué de Castro sete décadas atrás.



Postagem nas redes sociais do Grupo de Pesquisa Josué de Castro (GPJC), ligado à PUC-RJ, registrado como grupo de pesquisa no CNPq. Material de referência mais aprofundado sobre o autor e seu legado pode ser buscado nos repositórios digitais do GPJC<sup>3</sup>.

Algumas frases do autor podem ser usadas em sala, conforme sugestões apresentadas em seguida:

**“Denunciei a fome como flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens”**

– Josué de Castro

<sup>3</sup> Página no Facebook: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100064191454566>. Site institucional: <https://gpjosuedecastro.usuarios.rdc.puc-rio.br/>

**“Quais são as causas ocultas desta verdadeira conspiração de silêncio em torno da fome? Será simples obra do acaso que o tema não tem atraído devidamente o interesse dos espíritos especulativos e criadores dos nossos tempos? Não cremos. O fenômeno é tão marcante e se apresenta com tal regularidade que, longe de traduzir obra do acaso, parece condicionado às mesmas leis gerais que regulam as outras manifestações sociais de nossa cultura. Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente.”**

– Josué de Castro, no livro “Geografia da Fome”. 8ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

**“É preciso antes de tudo trabalhar para extirpar do pensamento político contemporâneo esta ideia errônea da economia considerada como um jogo em que alguns devem sempre perder para permitir a outros sempre ganhar. É preciso fazer da economia um instrumento de distribuição equilibrada dos bens da terra, a fim de que em nosso tempo, já não se possa aplicar a esta ciência a definição amarga que lhe dera Karl Marx no século passado, quando falava das ciências das misérias humanas.”**

– Josué de Castro, no “O livro negro da fome”. São Paulo: Brasiliense, 1960.

**“O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta.”**

– Josué de Castro, no livro “Geopolítica da Fome”. 2ª ed., Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1953.

#### **. 4.3. Trabalhando o conceito de políticas públicas**

O presente trabalho precisa desenvolver o conceito de políticas públicas em sala de aula. A definição seria pensada como ações governamentais envolvendo planos e metas, além de decisões efetivas para resolver demandas e problemas coletivos. O(a) professor(a) de Sociologia pode localizar o processo de implementação das políticas públicas na relação entre Estado e a Sociedade Civil, inclusive compreendendo suas etapas.

## Ciclo de Políticas Públicas<sup>4</sup>



Assim, as políticas públicas representariam “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e analisar essa ação” (Souza, 2006, p. 26). Em geral, estamos falando de demandas e problemas da sociedade que precisam ser encaminhados pelo poder público.



Depois, o(a) docente pode desenvolver a análise de um caso concreto de política pública.

O programa *Fome Zero* (2003)

Assim, utilizando-se um quadro com as etapas do “ciclo de políticas públicas”, o Programa *Fome Zero* pode ser usado como modelo para pensar desafios atuais relacionados com o problema da fome.

### *Etapas do Ciclo de Políticas Públicas*

<b>Etapas</b>	<b>Detalhamento</b>
<b>1) Identificação do Problema</b>	Problema da fome na sociedade brasileira, agravando o quadro da desigualdade social
<b>2) Formação da Agenda</b>	Agenda resultante de um esforço comum de debate e diálogo entre o poder público (listar ministérios e secretarias) e a sociedade civil (pesquisar exemplos de entidades, organizações, grupos), entendendo o problema na sua complexidade: saúde pública, educação, trabalho e renda.

<sup>4</sup> Imagem disponível em <https://www.clp.org.br/entendendo-os-conceitos-basicos-mlg2-de-politicas-publicas-mlg2/>

<b>3) Formulação de Alternativas</b>	Proposição de uma política de combate à fome, considerando os limites do orçamento público e capacidade técnica para lidar com desafios. Apontar soluções concretas.
<b>4) Tomada de Decisão</b>	O cartão Bolsa Família representou o principal mecanismo de ajuda financeira às famílias mais pobres. Além disso, as três esferas de poder investiram em ações mais focalizadas: construção de restaurantes populares, distribuição de vitaminas e de materiais educativos sobre alimentação saudável
<b>5) Implementação</b>	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
<b>6) Avaliação</b>	O processo de avaliação envolveria a análise de aspectos quantitativos (redução do número de famílias na condição de insegurança alimentar) e qualitativo (melhoria da condição alimentar).

Em linhas gerais, podemos perceber a importância da vontade política dos governos ao designar investimentos públicos voltados para programas de proteção social, articulados e integrados, com o objetivo de superar a fome e a pobreza.

“Foi com justificado orgulho que recebemos, ano passado (2014), a notícia de que o Brasil deixou de fazer parte do Mapa da Fome. Isso significa que estamos vendo crescer a primeira geração de brasileiros que não conheceram o drama da fome. A experiência brasileira provou que é possível, sim, superar a fome, quando o combate à pobreza é elevado à política de Estado, com recursos assegurados no orçamento. Quando se combinam programas sociais de alimentação, saúde, educação e apoio aos pequenos e médios agricultores. Quando se adotam estratégias permanentes de distribuição de renda, geração de empregos e valorização dos salários.” (Declaração do ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, 39ª Conferência da FAO, 2015, In: Da Fome ao Zero Hunger: Uma perspectiva global, 2019, pg.09)

O livro “Da Fome Zero ao Zero Hunger: uma perspectiva global”<sup>5</sup> reúne textos que tratam da questão da fome como um problema presente em vários momentos da história humana. Ao localizar o período da Revolução Verde, a partir da segunda metade do século XX, como um marco para que se reconheça uma “solução” para expandir a produção de

<sup>5</sup> O livro foi organizado por José Graziano, coordenador do Programa Fome Zero, no Brasil, a partir de 2003, primeiro-Ministro Extraordinário de Combate à Fome no Brasil (Ministério criado exclusivamente para a erradicação da fome, no primeiro mandato do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva) e presidente da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), entre 2011 e 2019.

alimentos, já que a humanidade não produzia alimentos em quantidade suficiente para atender às suas necessidades. Desde então, torna-se patente que o problema da fome pode ser explicado por uma questão de vontade política:

“Há várias décadas, a incapacidade de se produzir alimentos em quantidade suficiente para todos deixou de ser o motivo para que milhões de pessoas não tivessem assegurado o direito a uma alimentação decente e plena. Pelo contrário: hoje, produzimos alimentos mais do que suficientes para toda a população global, enquanto também desperdiçamos cerca de um terço do que produzimos a cada ano. Se, ao final da segunda década do século 21, mais de 820 milhões de pessoas continuarem presas ao círculo vicioso da fome, o motivo terá sido a falta de compromisso político para eliminar suas principais causas.” (Graziano da Silva, 2019, pg.01)

José Graziano foi eleito para presidir a FAO, devido ao sucesso da experiência brasileira de erradicação da fome, com o Programa Fome Zero, do qual participou como coordenador:

“No início do século, no ano 2000, mais de 11 em cada 100 brasileiros não tinham alimentos suficientes para comer. Assim como dezenas de outros países, milhões de pessoas no Brasil estavam presas a uma espiral interminável de fome, pobreza e de falta de oportunidades que se repetia geração após geração. Naquele momento, bem na virada do século, em 2000, as Nações Unidas e seus países estabeleceram as metas do milênio, de modo a projetar o desejo de um mundo mais justo e decente até 2015. No caso da segurança alimentar, a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecia que, até 2015, todos os países deveriam reduzir à metade a proporção do número de pessoas passando fome em relação a 1990. O Brasil, no entanto, resolveu ser mais ambicioso. Em 2003, o governo recém-eleito, presidido por Luiz Inácio Lula da Silva, avisou: reduzir a fome não bastava; ela tinha de ser eliminada. O lema para o programa de erradicação da fome foi batizado de ‘Fome Zero’ e um Ministério dedicado exclusivamente a esse empreendimento foi criado.” (Graziano da Silva, 2019, pg.01-02)

O Programa Fome Zero, desenvolvido pelo Brasil acabou reconhecido como um dos mais eficientes programas sociais de combate à fome e à redução da pobreza, sendo usado como modelo e referência em diversos países do mundo.

“Ao fim do prazo para o cumprimento das Metas do Milênio, em 2015, o mundo havia obtido progressos significativos: em comparação com o ano de 1990, 23,3% dos habitantes do planeta não tinha o suficiente para comer; 25 anos mais tarde, esse número havia caído para 12,9%. Setenta e dois países, entre os quais Bolívia, Nepal, Moçambique e Uzbequistão, conseguiram reduzir a fome pela metade dentro do prazo previsto. Entretanto, havia ainda a cumprir a outra

metade: 780 milhões de pessoas continuavam passando fome no mundo. Por sua vez, o Brasil levou menos de uma década para se tornar membro do grupo de países ‘Fome Zero’. O país alcançou o objetivo nesse pouco tempo como resultado de seu compromisso político, refletido pela eficácia dos investimentos e de seus programas sociais.” (Graziano da Silva, pg.02-03)

O programa brasileiro conseguiu integrar e articular uma intensa rede de políticas públicas de proteção social, pensada de modo a transferir renda para os setores mais empobrecidos, garantindo comida na rede pública de ensino, com alimentos provenientes da agricultura familiar, aquecendo as economias locais das regiões mais pobres, fortalecendo o SUS (Sistema Único de Saúde), investindo recursos públicos em programas de capacitação, crédito para os pequenos produtores rurais, gerando empregos com políticas de valorização real dos salários dos trabalhadores acima da inflação, entre outros.

A principal prova do sucesso do Programa Fome Zero foi a saída do Brasil do Mapa da Fome, em 2014:

“De fato, o Brasil se colocou em posição de destaque durante a maior parte das últimas duas décadas em razão de conquistas expressivas no campo socioeconômico. A erradicação da fome, reconhecida pelas Nações Unidas em 2014, quando se anunciou a exclusão do país do Mapa da Fome, é uma delas. Estima-se que 39,5 milhões de pessoas foram retiradas da condição de pobreza entre 2003 e 2016, enquanto o coeficiente de Gini caiu de 58,1% para 51,5% e a renda dos 40% mais pobres aumentou 7,1% em termos reais.” (Graziano da Silva, 2019, pg.06)

Mais recentemente, os avanços no programa de combate à fome e à pobreza foram reduzidos drasticamente diante de um avanço da agenda econômica ultra neoliberal, quando Michel Temer assume a presidência, em 2016. Assim, torna-se possível observar a conseqüente deterioração das condições de vida das classes menos favorecidas, com o aumento da pobreza, do desemprego, das desigualdades sociais e da concentração da renda e da riqueza. Exemplos de medidas que ilustram o desmonte da rede de proteção social construída nas últimas duas décadas são a emenda que estabelece o teto de gastos (Emenda Constitucional 95), a contrarreforma trabalhista, que legaliza o trabalho precário e sem proteção social, promovendo a informalidade e rebaixando a renda do trabalho, o desmantelamento do SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) e a subordinação do governo brasileiro aos interesses predatórios do agronegócio. Com isso, em 2018 o Brasil retorna ao Mapa da Fome.

Na busca por recursos didáticos para problematizar a questão, o(a) docente pode trabalhar com recursos gráficos. A imagem abaixo permite que desenvolva junto com seus estudantes uma reflexão sobre as formas de opressão estrutural – como raça/cor, gênero e origem – que agem na definição da condição de insegurança alimentar.

### A fome tem lugar, gênero e cor.

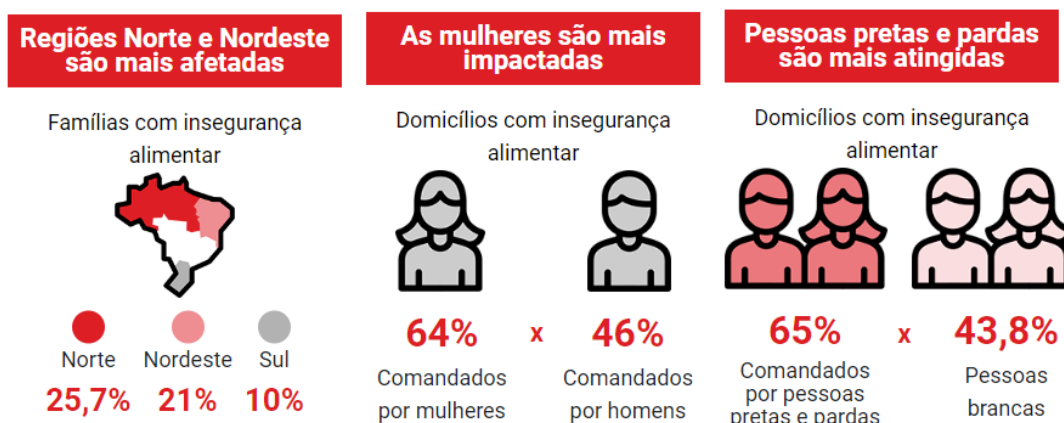


Imagem disponível no [link](#)

O repertório disponibilizado no referido produto educacional, permite que o professor selecione<sup>6</sup> informações para planejar sua abordagem com a produção de materiais, permitindo conjugar vários formatos pedagógicos – elaboração de um texto didático, slides, debates.

O material abaixo sugere que o docente selecione trechos de entrevistas e incorpore ao seu material de uso em sala de aula.



**A cruel lista do desmonte | Tereza Campello no Entre Vistas** ( [A cruel lista do desmonte | Tereza Campello no Entre Vistas - YouTube](#) ) O Entre Vistas recebe a economista e ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. O jornalista Juca Kifouri e Tereza Campello falam sobre o retorno do Brasil ao mapa da fome e como combater a fome no Brasil. (2min.)



Tereza Campello sobre a fome no Brasil( [Por que o Brasil voltou ao mapa da fome? Com Tereza Campello - YouTube](#)) Entrevista de Tereza Campello, Ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, coordenou o Programa de Combate à Fome, o Bolsa Família e o Programa Brasil sem Miséria, lançado pela ex-presidente Dilma Rousseff, Jornal GGN. (24min.). Nessa conversa, ela trata da importância das

<sup>6</sup> Adicionando a pesquisa e a seleção de outros recursos como vídeos, músicas, dentre outros.

políticas públicas e da proteção social para o combate à fome e a pobreza, e explica o retorno do Brasil ao Mapa da Fome, em 2018, no governo do ex-presidente Michel Temer.

Algumas reportagens representam um recurso pedagógico muito consistente tendo em vista sua linguagem mais acessível, permitindo trabalhar com dados concretos da realidade. O uso do material abaixo seria importante para motivar os estudantes a realizar uma pesquisa acerca de dados mais atualizados sobre insegurança alimentar<sup>7</sup>.



[Como o mesmo Brasil que alimenta 1 bilhão ultrapassou 10 milhões de famintos 'dentro de casa'? - BBC News Brasil](#)

*Mais de 10 milhões de brasileiros vivem em situação de insegurança alimentar grave, segundo o órgão. Em outras palavras, essa multidão — que inclui crianças — literalmente passa fome no Brasil.*

Em comparação com o período em que o Brasil saiu oficialmente do Mapa da Fome (2014), a retomada de uma agenda neoliberal mais radical, a partir do governo de Michel Temer (2016-2018), representa um sentido de retrocesso: aumento da fome, pobreza e desigualdade.



#### **QUESTÕES:**

Por fim, o docente pode elaborar questões problematizadoras da realidade, inclusive incluindo outras no roteiro básico disposto abaixo:

- I) A partir da leitura dos trechos selecionados acima e da entrevista da ex-ministra Teresa Campelo, qual é o papel do Estado e das políticas públicas para o combate à fome e a pobreza? Desenvolva sua argumentação.
- II) O que explica o retorno do Brasil ao Mapa da Fome, em 2018? Desenvolva sua argumentação.

#### **4.4. Trabalhando o conceito de atores sociais**

Autores como Pierre Bourdieu e Alain Touraine contribuíram para desenvolver o conceito de atores sociais no campo sociológico. E a grande receptividade de ambos no âmbito acadêmico pode sugerir e explicar uma presença frequente dos referidos autores nos livros didáticos de Sociologia no Ensino Médio.

---

<sup>7</sup> O IBGE divide o conceito de insegurança alimentar em 3 categorias: a) *Leve*: incerteza de acesso aos alimentos no futuro, alimentos escolhidos em função do preço menor (redução da qualidade); b) *Moderada*: restrição na quantidade de alimentos encontrados na despensa; c) *Grave* envolve privação severa no consumo de alimentos, definindo a situação de fome.

Genericamente, o conceito de ator social estaria associado com o papel social de um ente coletivo, identificado dentro de uma relação social. Partindo desse pressuposto, o(a) professor(a) pode problematizar o papel e a ação de atores sociais na formulação e implementação de políticas públicas – de um lado, a burocracia estatal, composta por representantes eleitos e servidores públicos concursados; de outro lado, a sociedade civil composta por entes diversos: movimentos sociais, meios de comunicação de massa, partidos políticos, associações, as grandes corporações globais, dentre outros.

Uma vez que o docente adote a abordagem decolonial, a teoria dependência e a ecologia política, o conceito de “atores sociais” pode ser substituído, de forma mais coerente, por “sujeito social” ou “sujeito popular”. No sentido de evidenciar a ação dos movimentos sociais na chamada “mudança histórica” (FAIRCLOUGH, 2001), nesse caso em termos da luta pela constituição do “poder popular”. Ao considerarmos a entidade-chave no discurso e na ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, temos o poder popular sendo representado pela Reforma Agrária Popular, por esta desenvolver a produção de alimentos no sentido da soberania alimentar e da agroecologia.

Em relação ao MST, Aguiar (2016, página 382) descreve um novo tipo de discurso que insere o projeto de Reforma Agrária Popular. no quadro da luta política, pela transformação das estruturas sociais. Em outro texto, a autora (AGUIAR, 2019) também descreve os embates do MST, originalmente com o latifúndio, tendo em vista a “a histórica permanência da estrutura fundiária de concentração de terras no Brasil”, sendo o oponente representado pelo “capital internacional, o agronegócio, o Estado burguês e a grande mídia”.

(...) o Projeto de Reforma Agrária Popular se sustenta em princípios da agroecologia e na produção de alimentos saudáveis, propondo a soberania alimentar para a população. O sentido de mudança ideológica estaria relacionado com o enfrentamento do agronegócio e do capitalismo, pela via do Socialismo e do Poder Popular.” (Aguiar, 2019, p. 18)

Um caminho profícuo de aprofundamento da leitura sobre a temática para o professor, e também de mediação pedagógica em se tratando do debate com os estudantes, seria incluir análises feitas por intelectuais e lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Desse ponto de vista, cabe destacar duas figuras muito proeminentes no MST: Roseli Caldart e João Pedro Stédile – ambos aparecem destacados no item 4.5 do presente trabalho, denominado “Material de apoio ao professor.

Uma sugestão seria utilizar trechos de um vídeo<sup>8</sup> publicado no canal do MST no YouTube que documentou a realização do 6º Congresso Nacional do MST (Brasília, 2014), com a participação de 15 mil militantes, 1000 crianças Sem Terrinha e 250 convidados internacionais. A importância do evento refere-se ao lançamento da linha política: “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!” – que representa o lema do 6º Congresso, ao mesmo tempo em que anuncia a síntese das tarefas e os desafios da luta política do Movimento.

Ao mesmo tempo em que elege o protagonismo do MST como sujeito político comprometido com a soberania alimentar, o docente precisa sensibilizar os alunos em relação aos graves problemas socioambientais decorrentes da Revolução Verde e da expansão do modelo do Agronegócio. Caberia frisar a concentração da terra e da riqueza, conflitos fundiários, expulsão dos camponeses e povos tradicionais da terra, monocultura, uso intensivo de agrotóxicos, perda de biodiversidade e danos ao meio ambiente e à saúde humana, homogeneização dos padrões alimentares e insegurança alimentar.

Na prática, equacionar a questão da fome significa discutir a necessidade de mudanças no paradigma de produção agrícola. Nesse cenário, o movimento social se torna um “ator coletivo envolvido num conflito pela gestão social dos principais recursos culturais” (Touraine, 1996, p.224). Já Caldart (2002), ao abordar a mesma temática indica que:

“Os movimentos, por meio de suas lutas e suas formas de organização e de expressão, têm ajudado a afirmar direitos, a humanizar as pessoas criando novas possibilidades de viver com dignidade: nos ajudam a enxergar os sujeitos, à medida que os fazem aparecer diante da sociedade, escancarando suas injustiças, desigualdades, mentiras.” (Caldart, 2002, pg. 132)

Os discursos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra explicitam os embates e permitem compreender os interesses políticos e econômicos em jogo, na disputa entre o modelo do Agronegócio e o projeto de reforma agrária, agroecológica e popular, defendido pelos movimentos sociais. O site do MST pode representar um importante repositório sobre a história do Movimento, além de notícias, publicações e depoimentos de lideranças e militantes.

A Reforma Agrária Popular norteia a construção de um novo modelo agrícola para o campo brasileiro, indo além de um processo de democratização da terra e propondo como estratégia o estabelecimento de um sistema agrícola em contraposição ao agronegócio. E propõe como alternativa um modelo de produção baseado em uma matriz de produção agroecológica, para a

---

<sup>8</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=mcPhrGPktJc&t=2s>

produção de alimentos saudáveis e respeito à biodiversidade, sem o uso de agrotóxicos, voltado à agroindustrialização do campo e o desenvolvimento do País. O futuro da Reforma Agrária no Brasil, na visão do MST, representa um projeto popular de desenvolvimento para o campo e a sociedade brasileira de modo geral, na medida em que demonstra o papel crucial dos assentamentos na produção de alimentos saudáveis, em larga escala e a preços justos, para alimentar a população brasileira e assegurar a autonomia da agricultura familiar e camponesa. **(O papel da Reforma Agrária Popular no Brasil.** Site do MST. Disponível em <https://mst.org.br/2016/09/26/o-papel-da-reforma-agraria-popular-no-brasil/>)

Dentro do projeto político defendido pelo conjunto de movimentos sociais, a questão da fome pode ser equacionada pelo projeto de Reforma Agrária Popular.

### TEXTO

**A superação da fome só é possível com reforma agrária popular**

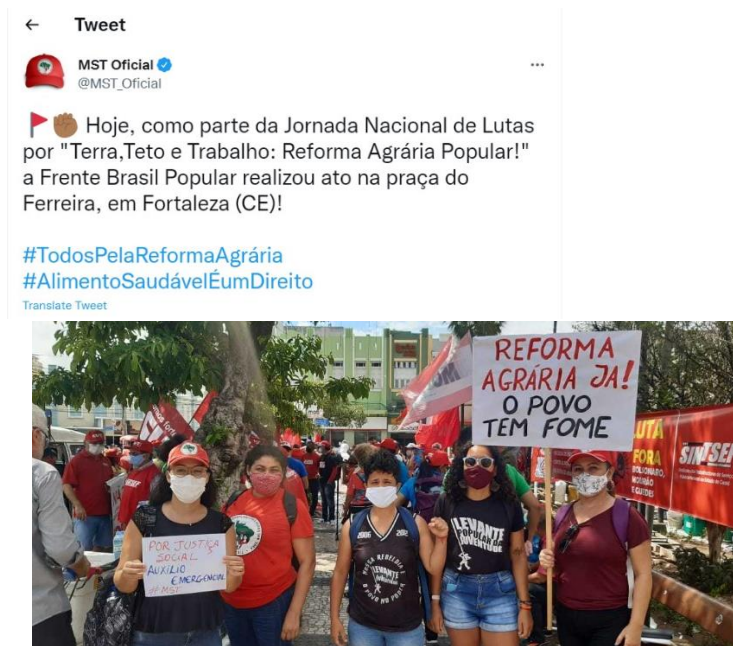
Tomando como ponto de partida o texto<sup>9</sup> do MST indicado acima, o(a) docente pode evidenciar os seguintes pontos:

- Combater o modelo do Agronegócio, por ser extremamente excludente: a) os latifundiários e empresas de capital estrangeiro produzindo para a exportação (commodities); b) uso sistemático de agrotóxicos.
- O papel da agricultura familiar na produção dos alimentos que chegam às mesas do povo brasileiro: 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira, mesmo ocupando uma área pequena das terras (23% do total).
- A Reforma Agrária Popular como um projeto alicerçado na produção sustentável, agroecológica, livre de agrotóxicos e de sementes transgênicas; reforçando o princípio da soberania popular (comida farta e saudável para o conjunto da sociedade brasileira).

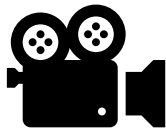
Objetos da cultura digital, como publicações no Twitter<sup>10</sup> podem ser utilizados como recursos pedagógicos:

<sup>9</sup> <https://mst.org.br/2021/11/15/a-superacao-da-fome-so-e-possivel-com-reforma-agraria-popular/>

<sup>10</sup> [https://twitter.com/MST\\_Oficial/status/1337107699830566912?ref\\_src=twsrc%5Etfw](https://twitter.com/MST_Oficial/status/1337107699830566912?ref_src=twsrc%5Etfw)



De forma complementar, sugere-se o uso de alguns trechos do artigo<sup>11</sup> que trata da Revolução verde e da necessidade de mudança de paradigmas em relação aos modelos de produção agrícola; além de alguns vídeos curtos sobre a Revolução Verde e o uso de agrotóxicos.



[REVOLUÇÃO VERDE | Geografia | Quer Que Desenhe | Descomplica - YouTube](#) (10min.) Produção do Descomplica, vídeo bastante informativo sobre a Revolução Verde, produzido por professora de geografia e voltado aos alunos do ensino médio que estão se preparando para o Enem.

Apontando o contexto de surgimento da Revolução Verde e suas principais características:

“Na era pós-guerra, a produção insuficiente de alimentos foi a principal causa de insegurança alimentar no mundo. Não só foi considerado urgente aumentar a disponibilidade de terras aráveis, como também era uma prioridade estratégica aumentar o volume de alimento produzido. A intensificação da produção agrícola ao redor do mundo começou de fato com a Revolução Verde, muitas vezes chamada da Segunda Revolução Agrícola. Iniciado nos anos 1950 e prosseguindo durante os anos 1960, os tipos de cultura e as práticas agrícolas mudaram no mundo todo (Royal Society, 2009). O modelo de produção era focado inicialmente na introdução de variedades melhoradas e de maior rendimento de trigo, arroz e milho em áreas de alto potencial (Hazell, 2018 e Gollin et al.,

<sup>11</sup> Agricultura e sistemas alimentares sustentáveis: a caminho da Terceira Revolução Agrícola“(Da Fome ao Zero Hunger: Uma perspectiva global, 2019, pg.140)

2005). Esse modelo dependia e promovia a homogeneidade: variedades geneticamente uniformes produzidos com altos níveis de insumos complementares, como irrigação, fertilizantes e pesticidas...” (pg.140)

Reconhecendo as contradições relacionadas com o papel efetivo da Revolução Verde na superação do problema da fome e da insegurança alimentar:

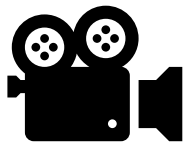
“Aumentos na produção de grãos e menores preços dos mesmos reduziram significativamente a insegurança alimentar nas décadas de 1970 e 1980, enquanto o número de desnutridos caiu, mesmo com o crescimento populacional relativamente rápido. Em termos gerais, a proporção de desnutridos na população mundial caiu de 26% para 14%, entre 1969-1971 e 2000–2002 (FAO, 2009). Quase 50 anos depois, e vislumbrando os desafios no caminho para um mundo onde a segurança alimentar seja garantida, a Revolução Verde não será capaz de realizar as metas do Fome Zero nem efetivamente ajudar e erradicar a pobreza nos grupos mais vulneráveis da população mundial. O foco em altos insumos e tecnologias para aumentar a produção de alguns poucos alimentos básicos (como arroz, milho e trigo) também é incapaz de, efetivamente, enfrentar o peso triplo da desnutrição – subnutrição, deficiência de micronutrientes e obesidade. Hoje, dietas não saudáveis apresentam maior risco de morbidade do que o uso de álcool, drogas e tabaco juntos (Willett, 2019). Além do mais, um terço do alimento produzido e processado atualmente é perdido ou desperdiçado.”

Enfatizando o papel da Revolução Verde na configuração da grave crise socioambiental que atinge a Humanidade.

“A produção agrícola orientada à monocultura, a culturas de alto rendimento, à maior dependência em insumos como pesticidas e fertilizantes, além dos grandes sistemas de produção pecuária também contribuiu para o esgotamento dos recursos naturais (desmatamento, perda de biodiversidade e de serviços ecossistêmicos, degradação do solo e da água e a diminuição dos estoques de peixe). Os sistemas atuais de produção agrícola aumentaram as emissões de gases estufa e são mais suscetíveis a riscos e desastres causados por mudanças climáticas, incluindo secas, enchentes, mudanças de temperatura e consequências relacionadas com, por exemplo, pragas de insetos e surtos de doenças.” (pg.141)

Desde 2008, o Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do planeta, representando em torno de 20% do mercado mundial e utilizando, em larga escala, produtos proibidos em diversas partes do mundo. Diversos estudos têm demonstrado os danos à saúde humana e ao meio ambiente decorrentes do uso intensivo dessas substâncias, e a sociedade

brasileira precisa tomar ciência dos riscos e dos debates em torno da questão da expansão do modelo de produção agrícola do agronegócio.



[A verdadeira história dos agrotóxicos - YouTube](#) (16min.) 2022 “Neste vídeo, apresentamos o primeiro acidente que provocou 8 mil mortes e outras 150 mil intoxicações. Este foi o início de um caminho que vem se perdurando até chegar no Brasil. Para ter uma ideia, o Ministério da Saúde, aponta que de 2007 a 2017, ao menos 40 mil pessoas foram vítimas de intoxicação por agrotóxicos. Deste número absurdo, aproximadamente 1.900 pessoas morreram.” (Produzido pelo Greenpeace Brasil)

Os efeitos da crise socioambiental precisam ser reconhecidos e debatidos, nos seus riscos e formas de superação. A crise, ao se tornar mais aguda, implica numa ameaça constante à biodiversidade e a manutenção da vida no planeta Terra, pela emergência climática e o esgotamento dos recursos naturais.

“Sistemas alimentares e agrícolas precisam mudar substancialmente se queremos erradicar a fome e realizar os desafios do século 21. Nos próximos 30 anos, a agricultura não só enfrentará problemas de sustentabilidade criados pelos modelos atuais de produção, como também terá que lutar uma dura batalha para lidar com a confluência sem precedentes de pressões, incluindo o aumento de 30% na população mundial, intensificando a concorrência por terras, águas e recursos energéticos cada vez mais escassos, além da ameaça das mudanças climáticas. Com uma população projetada a chegar a 9,3 bilhões até 2050, sociedades mais urbanizadas e padrões de consumo de alimentos em constante mudança, estima-se que a produção de alimentos terá que aumentar dos atuais 8,4 bilhões de toneladas para quase 13,5 bilhões por ano (FAO, 2014a). Atingir esse nível de produção a partir de uma base de recursos naturais cada vez menor será impossível sem mudanças profundas e transformadoras em nossos sistemas alimentares e agrícolas.” (pg.141-142)

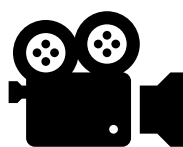
Cabe pensar em soluções coletivas e mudanças estruturais que apontem para modelos sustentáveis, de cunho popular, na superação da fome, da pobreza e da desigualdade.

“Precisamos expandir e acelerar a transição para sistemas alimentares e de agricultura sustentáveis que garantam a segurança alimentar mundial e dietas mais saudáveis, que ofereçam oportunidades econômicas e sociais, que protejam os serviços ecossistêmicos dos quais a agricultura depende dentro de um contexto de maiores impactos e riscos das mudanças climáticas. Isso exige enfrentar os desafios que irão determinar o futuro do planeta: como aumentar a produção de alimentos sem expandir as terras agrícolas; como proteger e recuperar ecossistemas naturais para poder manter a diversidade e a produtividade agroecológica

necessária para a sustentabilidade no longo prazo; e como produzir alimentos que sejam saudáveis, nutritivos e seguros”.

A formulação e a implementação de políticas públicas precisam estar pautadas em um reconhecimento da complexidade que marca o problema da fome. Ao mesmo tempo, seria necessário pontuar o papel dos organismos internacionais – como a ONU e FAO – nesse cenário.

“Entretanto, alimento e agricultura sustentáveis não podem ser consideradas isoladamente, e devem ser vistos dentro de um contexto mais amplo, como foi o caso do Brasil com o Programa Fome Zero. Os elos de produção-consumo locais, o papel da proteção social e de inclusão na produção agrícola e melhores meios de sustento são todos importantes para assegurar o direito ao acesso a alimentos básicos, principalmente para os grupos mais vulneráveis. Países tem recebido o apoio da FAO para o desenvolvimento de políticas e programas de alimentação escolar e compras públicas de produtos locais para garantir a disponibilidade de alimento seguro e saudável para todos, e para garantir a renda dos agricultores familiares. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS2) da ONU – o fim da fome, a consecução da segurança alimentar e da boa nutrição e a promoção da agricultura sustentável – mostra claramente a ligação entre todos os assuntos acima e salienta a necessidade de haver integração e coerência entre as políticas públicas e os instrumentos que permitem sua implementação.” (pg.142)



[AGROTÓXICOS NO BRASIL: IMPACTOS NA SAÚDE E NO MEIO AMBIENTE | Atualidades e Redação para o Enem - YouTube](#) (6min.) “Neste episódio da série de Atualidades, explicamos as consequências do uso de agrotóxicos e seus impactos na saúde e no meio ambiente, além de levantar alternativas a esses pesticidas poderiam ser implementadas no Brasil (afinal, é sempre bom pensar na

*proposta de intervenção, quando o assunto é redação do Enem, né?). Para nos auxiliar nessas explicações, conversamos com o Engenheiro Agrônomo e ativista da agricultura urbana Marcos José de Abreu (Marquito)” produzido pelo Curso Enem Gratuito.*

### **Roteiro de questões para o debate:**

I) Dentre os fragmentos de texto apresentados, se reconhece a importância da Revolução Verde no aumento significativo da quantidade de alimentos produzidos no mundo – e pela consequente redução da desnutrição e da insegurança alimentar no planeta. No entanto, essa afirmação precisa ser relativizada, na medida em que se coloca a necessidade de outros modelos de produção agrícola, capazes de alcançar o “*Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2*

*(ODS2) da ONU – o fim da fome, a consecução da segurança alimentar e da boa nutrição e a promoção da agricultura sustentável”. (pg.142)*

a) Quais as principais características desse modelo de produção agrícola, chamado de Revolução Verde?

b) Quais as principais consequências negativas deste modelo de produção agrícola, que vem se expandindo pelo mundo, desde a segunda metade do século XX?

c) Como os movimentos sociais podem contribuir para *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS2) da ONU*, garantindo a segurança alimentar e o fim da fome?

#### **4.5. Material de apoio ao professor**

A indicação de leituras e referências específicas para o(a) professor(a) tem como objetivo garantir o acesso a um pequeno histórico do “Direito à Alimentação Adequada”, desde sua origem, até sua definição atual, que incorpora demandas de setores diversos da sociedade civil e dos movimentos sociais. Até porque isso permite ao docente relacionar o “Direito à Alimentação Adequada” com às lutas por Reforma Agrária, pela Agroecologia, por Soberania e Segurança Alimentar

No texto “Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar”, escrito por Irio Luiz Conti, originalmente publicado em 12/12/2014, o autor faz um histórico do “Direito à Alimentação Adequada”, desde sua inclusão, como “Direito à alimentação”, na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, em 1948, até sua definição atual de “Direito à Alimentação Adequada”, que incorpora demandas de amplos setores da sociedade e dos movimentos sociais. Essa fonte permite elaborar uma linha do tempo, com fins pedagógicos, para instrumentalizar o trabalho em sala de aula.



**[“Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar”](#)**,  
escrito por Irio Luiz Conti

Além disso, o material também instrumentaliza uma leitura para abordar os seguintes pontos em sala de aula:

- Definir o “Direito Humano à Alimentação adequada” e indicar quais aspectos o DHAA engloba.
- Descrever o papel do Estado brasileiro e da sociedade civil no reconhecimento efetivo do DHAA.
- Definir o conceito de soberania alimentar e qualificar a sua importância

- Debater a ameaça da Revolução Verde à conquista da soberania alimentar.

Por fim, retomando um exemplo de material que possa mobilizado para uso em sala de aula, podemos destacar dois formatos, um dicionário e uma entrevista, com duas figuras proeminentes no MST: a intelectual orgânica Roseli Caldart e a liderança João Pedro Stédile.

O Dicionário da Educação do Campo publicado em 2012, reuniu uma equipe interdisciplinar, com militantes e pesquisadores acadêmicos, sendo coordenada pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) do Rio de Janeiro, e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). tendo entre seus organizadores Caldart:

“Os verbetes selecionados referem-se prioritariamente a conceitos ou categorias que constituem ou permitem entender o fenômeno da Educação do Campo ou que estão no entorno da discussão de seus fundamentos filosóficos e pedagógicos. Também incluímos alguns verbetes que representam palavras-chave, ou que podem servir como ferramentas, do vocabulário de quem atualmente trabalha com a Educação do Campo ou com práticas sociais correlatas. Alguns verbetes têm referência direta com experiências, sujeitos e lutas concretas que constituem a dinâmica educativa do campo hoje. Outros representam mediações de interpretação dessa dinâmica” (Caldart, 2012, pág. 13)

Entrevista com João Pedro Stédile:



["Reforma agrária e agroecologia são as grandes saídas para acabar com a fome"](#)

Vale ressaltar que Stédile representa a principal liderança histórica do MST. Uma busca na internet permite encontrar material diversificado, dentre textos e entrevistas, em que a referida liderança expressa valores e princípios do MST.

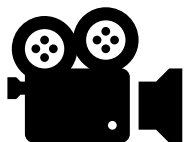
#### **4.6. Material audiovisual para sala de aula**

Os vídeos sugeridos na sequência abaixo podem ser selecionados, a critério do(a) docente, de acordo com seu planejamento pedagógico. O recorte para a seleção foi feito de modo a considerar as temáticas envolvidas com a questão central do presente trabalho – agroecologia, soberania alimentar, sustentabilidade, agricultura familiar.



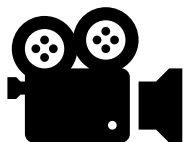
[O QUE É AGROECOLOGIA? - YouTube](#) (4min.) “Este é o terceiro e último episódio da web-série "AGROECOLOGIA, SOBERANIA ALIMENTAR E CIDADANIA" que buscou refletir sobre a importância da educação em diálogo com as práticas agroecológicas, os sujeitos que produzem os alimentos, além dos desafios para que essa produção esteja acessível a toda população. Esse vídeo é uma parceria do Educa Periferia com um Projetos de Extensão, no âmbito do LABOTER/IESA, da Universidade Federal de Goiás (UFG), com diálogo direto

com alunos de escolas públicas de Goiânia



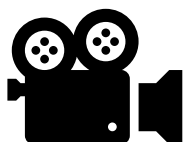
[SERTÃO ECOLÓGICO E SOLIDÁRIO 2017 - YouTube](#) (13min.) “As famílias participaram de oficinas educativas sobre uso sustentável dos recursos naturais com enfoque para o tratamento adequado do lixo doméstico, defensivos naturais, manejo do solo e dos corpos hídricos, oficina de capacitação sobre Fundo Rotativo Solidário, visitas de intercâmbio local, regional e implantação de hortas orgânicas com economia de água. A construção das hortas permitiu as famílias aumentarem

a produção de alimentos saudáveis.” 27 de jul. de 2017 O projeto Sertão Ecológico e Solidário foi executado pelo Centro de Educação Popular e Formação Social – CEPFS com apoio financeiro do Fundo Socioambiental da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.



[AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA - YouTube](#) (12min.) “Agricultura familiar como atividade de geração de renda e absorção de mão de obra no Brasil. Traz independência financeira aos agricultores, dinamiza as economias dos municípios, proporciona a diversidade e a segurança alimentar e nutricional. Sua prática favorece o equilíbrio ambiental e climático. Essa é a visão do PROJETO POÇO DE CARBONO, em desenvolvimento no Noroeste de Mato Grosso, com

apoio da PETROBRAS”.



[Sistemas de Produção Sustentável - YouTube](#) (4min.) 20 de abr. de 2012 “A agricultura brasileira avançou de forma segura na direção da sustentabilidade ao longo das últimas décadas. Para conhecer um pouco mais sobre as alternativas sustentáveis que oferecem ao produtor, ao consumidor e ao planeta um futuro com qualidade para todos”.

Em linhas gerais, sugere-se o uso de vídeos de curta duração, visando fomentar o debate em parte da aula. Importante frisar que a exibição do vídeo requer a elaboração de um roteiro para os estudantes lidarem com o material de forma instrumentalizada e direcionada.

## 5 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Produto Educacional buscou contribuir para trazer para a sala de aula da Educação Básica o debate sobre a questão da fome, dentro de uma perspectiva sociológica. Como um tema fundamental no mundo contemporâneo, exatamente por atravessar as trajetórias individuais e, ao mesmo tempo, criar conexões com aspectos mais gerais da estrutura social.

O material buscou desnaturalizar as explicações correntes para o drama da fome, ressaltando a importância do Estado e das políticas públicas de proteção social e de combate à pobreza para superação desse grande flagelo. Ao longo do texto, foram utilizados trechos de falas de Josué de Castro, médico, cientista e pesquisador da realidade social brasileira, que denunciam de forma contundente as razões sociais da fome. O trabalho destacou a importância do Programa Fome Zero, como uma política pública notadamente reconhecida por seus programas de combate à fome e a miséria, justamente por articular uma série de programas sociais, com financiamento público, criando uma rede de proteção social que foi determinante para a saída do Brasil do Mapa da Fome, em 2014.

No sentido de contribuir para o embasamento teórico das atividades e para a formação docente, buscou-se um repertório de autores do campo da *Teoria Crítica*, articulado com a *Pedagogia Decolonial*, a *Teoria da Dependência* e a *Ecologia Política*. Fundamentação usada para abordar a formação do atual sistema capitalista global e as relações estabelecidas entre os países centrais e os países da periferia do sistema; problematizando como as elites nacionais da periferia do sistema se alinham aos interesses das elites dos países centrais e atuam para conservar seu poder e seus privilégios (interesses privados), contra os interesses do povo (interesse público).

Assim, o debate parte de uma questão que, inclusive, consta do título do Produto Educacional, com o objetivo de ilustrar essas disputas e as dificuldades em relação ao avanço da agenda dos direitos em países da periferia do sistema capitalista global. Esse percurso permite compreender os antagonismos entre o modelo de produção agrícola da revolução verde e do agronegócio, que representa os interesses das elites nacionais e das grandes corporações globais; e o modelo de produção agrícola defendido pelos movimentos sociais e pela sociedade civil, organizados na luta pelo Direito à Alimentação Adequada, Soberania e Segurança Alimentar.

Dessa forma, destacam-se os atores sociais envolvidos nessa disputa. De um lado, o agronegócio, voltado para a exportação e o lucro, produzindo uma série de problemas

socioambientais – concentrando a terra, a renda e a riqueza; promovendo conflitos fundiários e êxodo rural; utilizando intensivamente agrotóxicos e sementes transgênicas. De outro lado, o protagonismo de sujeitos sociais engajados em um projeto de mudança: os movimentos sociais e a sociedade civil organizada. Frente de luta pelo Direito à Alimentação Adequada, Soberania e Segurança Alimentar, por um modelo de produção familiar e agroecológica que gere emprego e renda no campo, produzindo alimentos saudáveis para a população, respeitando as formas tradicionais de produção agrícola, a diversidade alimentar e os limites da natureza.

O conjunto de atividades proposto, pode ser utilizado de forma integral ou parcial, a depender do planejamento pedagógico do(a) docente. Na mesma medida, temos uma flexibilidade em termos de formato – presencial, híbrido e/ou remoto – que pode ser definido de acordo com as condições concretas da unidade escolar e a familiaridade do(a) professor(a) com os recursos apresentados.

A proposta de uso do programa Microsoft Sway partiu de uma experiência concreta durante a Pandemia de Covid-19, sendo seu uso indicado para produzir materiais didáticos interessantes e interativos, com textos, vídeos, mídias, dentre outros. Um material que pode ser facilmente criado por docentes, por intermédio de tutoriais disponíveis na rede, e compartilhado em redes sociais ou plataformas digitais, permitindo acesso pelos alunos em qualquer dispositivo, computador, tablet ou smartfone. Evidente que não se trata de defender uma visão tecnicista, de que a mera utilização das tecnologias resolveria o problema da baixa participação dos estudantes nas aulas, mas sim de utilizar o aparato tecnológico para produzir atividades que problematizem a realidade de forma crítica, no sentido da formação humana.

A relevância do Produto Educacional relaciona-se como o fato de trazer um conjunto de atividades sobre o Direito à Alimentação Adequada, Soberania e Segurança Alimentar para as aulas de Sociologia da Educação básica, oferecendo um percurso pedagógico capaz de problematizar o contexto brasileiro atual, de avanço das pautas conservadoras e da agenda ultra neoliberal, com o retorno do país ao Mapa da Fome, em 2018. E o reconhecimento desse cenário de agravamento da insegurança alimentar, em especial a partir da pandemia de Covid-19, permite debater com os estudantes a importância e o papel fundamental do Estado, da sociedade civil organizada e das políticas públicas para a superação da fome e da pobreza. Inclusive, significa um caminho de ampliar o debate de maneira transversal, englobando conhecimentos e docentes de outras disciplinas e áreas, dentro da Pedagogia de Projetos. Um desafio comum marcado pela crise socioambiental que apresenta desafios para o futuro da humanidade.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Janecléide Moura de. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o projeto de Reforma Agrária Popular: as tecnologias digitais na construção das formas insurgentes de luta política no século XXI. 2016. 433 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

AGUIAR, Janecléide Moura de. O MST no Front Digital: a mística como prática performativa e forma insurgente de luta política **Rev. Bras. Estud. Presença**, Porto Alegre, v. 9, n. 4, e91013, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbep/a/JrDDMpDPgNkW8pNF6xDKtpm/?lang=pt#>

BEZERRA, Maycon. “Da Teoria Marxista da Dependência a um Marxismo Decolonial: América Latina, Revolução e Socialismo para o século XXI. **Revista Movimento**. 01 de maio de 2020. Disponível em <https://movimentorevista.com.br/2020/05/da-teoria-marxista-da-dependencia-a-um-marxismo-descolonial-america-latina-revolucao-e-socialismo-para-o-seculo-xxi/>

CALDART, Roseli Salete. Ser Educador do povo do campo. In KOLLING, Edgar J. et ali (orgs.). **Educação do Campo**: identidades e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002 (Coleção por uma Educação Básica do Campo 4)

CALDART, Roseli Salete et ali (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 8ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1953.

CASTRO, Josué de. **O livro negro da fome**.. São Paulo: Brasiliense, 1960.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, p. 191-205, 2013.

CHOMSKY, Noam. **Réquiem para o sonho americano**. Editorial Presença, 2018

CONTI, Irio Luiz; BAZOTTI, Angelita; FINOKIE, Manuela. Interfaces entre direito humano à alimentação adequada, soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar in: CONTI, Irio Luiz e SCHROEDER, Edni Oscar (org). **Convivência com o Semiárido Brasileiro**: Autonomia e Protagonismo Social. Editora IABS, Brasília-DF, Brasil, p. 135-146, 2013). O texto completo encontra-se publicado no livro “Convivência com o Semiárido: autonomia e protagonismo social” (2010), da parceria REDEgenteSAN/Faurgs/Iabs ([www.redesan.ufrgs.br](http://www.redesan.ufrgs.br)).

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. (Coord.). Do Fome Zero ao Zero Hunger: Uma perspectiva global. Roma: FAO, 2019.

FLORESTAN, FERNANDES. **Poder e contrapoder na América Latina**. São Paulo, 2015.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sustentabilidade e Educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. A subordinação da esquerda brasileira ao neoliberalismo e o abandono da Teoria da Dependência. Entrevista publicada em <https://ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/571195-a-subordinacao-da-esquerda-brasileira-ao-neoliberalismo-e-o-abandono-da-teoria-da-dependencia-entrevista-especial-com-carlos-eduardo-martins>

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 71-103

MILLS, Wright C. **A imaginação sociológica**. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1969.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em revista**, v. 26, p. 15-40, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. **Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-277

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Vivemos um processo de reversão neocolonial. IHU Online, n. 392, 2012.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano 8, n.16, pp.20-45. 2006.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

TOURAINÉ, Alain. O retorno do ator. **Ensaio sobre sociologia**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.